

Público

03-04-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 1173 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 26

Estavam menores no centro onde Ihor terá sido morto por agentes do SEF

Mandado de detenção de três inspetores refere que o ucraniano Ihor Homenyuk foi espancado durante 20 minutos. Arguidos terão estado sentados em cima dele, esmagando-lhe o tórax contra o solo

Crime
Joana Gorção Henriques

O Centro de Instalação Temporária (CIT) do Aeroporto de Lisboa, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), não tem nome de prisão. Mas é como se fosse. Os passageiros barrados de entrar em Portugal perdem os bens pessoais e a possibilidade de comunicar com o exterior. Têm direito a cinco minutos de chamadas por dia. À entrada está um rececionista. O espaço é vigiado por uma empresa privada de segurança e há câmaras.

Do lado esquerdo, fica a ala dos “inadmissíveis”; do direito, os requerentes de asilo. Podem também estar crianças. A existência de menores tem sido altamente criticada, nomeadamente pela Unicef e provedora de Justiça. Se caminhar-mos em frente, fica a sala onde a Médicos do Mundo faz atendimento, e um dos refeitórios ao lado. Foi nesta sala, de onde se ouve o que se passa lá dentro, que os três inspetores do SEF terão provocado a morte do ucraniano Ihor Homenyuk.

O mandado de detenção dos três suspeitos de homicídio qualificado diz que entraram na sala, algemaram o homem de 40 anos atrás das costas, amarraram-lhe os cotovelos com ligaduras, deram-lhe socos e pontapés e usaram um bastão, “enquanto aos gritos lhe exigiam que permanecesse quieto”. Era 12 de Março, pelas 8h15, hora a que já estaria a ser servido o pequeno-almoço. Foram, descreve o documento, 20 minutos, interrompidos por “alguns vigilantes”, a quem ameaçaram – “Isto aqui é para ninguém ver” – e a quem terão dito “agora ele está sossegado” e “isto hoje, já nem preciso de ir ao ginásio”.

A autópsia revelou as agressões a Ihor: tinha múltiplas costelas partidas, os arguidos ter-se-ão sentado em cima dele, esmagando-lhe o tórax contra o solo, a caixa costal estava partida, o que lhe provocou posterior asfíxia. Havia marcas no corpo das bastonadas e dos pontapés e até se reconhecia a sola de uma bota da tropa. O óbito foi registado



É no Centro de Instalação Temporária do SEF que ficam as pessoas barradas de entrar no país

às 18h40, mais de dez horas depois do início da agressão. O motivo da morte evocado pelo SEF foi ataque cardíaco, em sequência de uma crise “de epilepsia”. Mas o médico legista que analisou o corpo percebeu que não podia ter sido essa a causa e alertou a Polícia Judiciária.

Estando ali crianças, é possível que tenham ouvido as agressões. Nos documentos do SEF a que o PÚBLICO teve acesso, escreve-se, aliás, que Ihor foi levado para a sala da Médicos do Mundo porque “se encontravam menores na ala” e ele estava a mostrar “um comportamento agressivo”. O SEF não diz

O advogado da mulher de Ihor defende que o ucraniano reunia os requisitos legais de entrada no país

quantas crianças estavam no CIT naqueles dias.

O comportamento “agressivo” não foi assim registado desde o início. Consultando relatórios do SEF, o auto de óbito e registos de vários inspetores que interagiram com Ihor ao longo daqueles dias, chega-se a uma versão que tem lacunas, omissões e o que o Ministério Público entendeu serem mentiras.

Um homem “calmo”

Ihor chegou a Portugal na manhã de 10 de Março. Quando um inspetor notificou que Ihor ia ser deportado, colocou a cruz, na avaliação de risco, na que dizia: “Calmo, colaborante e não se opõe à decisão de retorno ao país.” A nota do SEF diz que ele não tem um visto para o espaço Schengen – mas os ucranianos não precisam de um durante 90 dias. A recusa é declarada às 19h30, depois de uma entrevista em que o SEF concluiu que a sua intenção era vir trabalhar. Nessa conversa, Ihor diz que viajava com

dois amigos e que iria trabalhar “como tractorista” ou “na construção civil”. Iria assinar um contrato de trabalho no dia seguinte.

Duas horas depois, a caminho do CIT, Ihor sofre um “ataque epiléptico”. Accionam o posto de socorro. O relatório indica que caiu e que “partiu alguns dentes”. Ihor é conduzido ao Hospital de Santa Maria. A entrada nas urgências, às 22h22, refere “história de crise” epiléptica. O médico escreve que Ihor teve uma “primeira crise em França há anos”. Às 11h30 de dia 11 de Março, Ihor regressa ao CIT. No mesmo dia, às 17h30, o SEF quer deportá-lo, mas ele recusa-se a embarcar no voo marcado. Seis horas depois, às 23h45, outros dois inspetores são “alertados pelo comportamento agressivo do passageiro. Algemam Ihor em “cinco minutos”.

Um vigilante pede que inspetores do SEF se desloquem ao local. Ihor é de novo assistido pela Cruz Vermelha, medicado pelo enfermeiro com

Diazepam e fica a dormir a partir de “cerca das 2h30”. Na manhã seguinte, às 8h15, chegam os três inspetores que agora são arguidos. Referem que o “passageiro estava extremamente agitado e violento” e por isso algemaram-no usando “a força física estritamente necessária”.

Ihor deve ter ficado algemado durante pelo menos oito horas, porque se refere que, quando outros inspetores chegam às 16h30, ele ainda tinha as algemas, estando “consciente e a respirar”, aparentando estar “debilitado e com respiração ofegante”. Não levantam a hipótese de agressão. Nem uma hora depois, quando detectam convulsões e o colocam em “posição lateral de segurança”. Chamam a Cruz Vermelha e às 17h25 decidem que deveria ser levado para o hospital. Accionam o INEM, que chega às 18h05. Mas não conseguem reanimá-lo. Às 18h40 é declarado o óbito.

“A remoção do cadáver foi autorizada via telefone” pela procuradora adjunta e o cadáver removido pelos Bombeiros de Dafundo, lê-se. “Às 22h32 foi entregue o cadáver no Instituto de Medicina Legal (IML).” Mas erradamente. Segundo a lei, em situações “de morte violenta ou de causa ignorada, e quando o óbito for verificado fora de instituições de saúde”, a autoridade policial deve “inspeccionar e preservar o local”.

O relatório do INEM diz que Ihor foi encontrado em “paragem cardíaca respiratória após crise convulsiva”. Na ficha do IML refere-se que o corpo foi encontrado na via pública, uma ficha que o mandado de detenção diz ter sido preenchida por um inspetor.

O mandado de detenção acusa os agentes, de 42, 43 e 47 anos, de agirem em comunhão de esforços “com o propósito de provocarem graves lesões corporais no ofendido”. Ficaram em prisão domiciliária. O advogado da mulher de Ihor Homenyuk quer processar o Estado e defende que o ucraniano nem sequer deveria ter sido retido, uma vez que reunia os requisitos legais de entrada. **com Ana Henriques**

jgh@publico.pt